

A ÉTICA DO VIVER E A CAPTAÇÃO BIOPOLÍTICA

THE ETHICS OF LIVING AND BIOPOLITIC CAPTAINATION

Cristina Batista de Araújo¹

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir formas de existências contemporâneas ligadas ao exercício de poder sobre a vida que se materializam em práticas, projetos e programas institucionais cujo objetivo consiste na preservação do humano por meio da extinção de riscos de morte. Para tanto, discute-se, em Foucault (2006, 2005, 2002, 1995), as formas de poder que orientam os processos de subjetivação e observa-se que o biopoder é exercido tomando a vida como estratégia. Discute-se, também, o corpo como objeto de poder-saber e de materialidade da produção de subjetividades a partir dos trabalhos de Prado Filho e Trisotto (2008), Woodward (2007) e Guimarães (2005). Conclui-se que, quando o controle sobre a vida passa pela captura das subjetividades, confere-se ao corpo a capacidade de materializar formas de existências decorrentes de escolhas e do posicionamento que o sujeito assume diante das normalizações.

PALAVRAS-CHAVE: subjetivação; ética; cuidado de si.

ABSTRACT: The present work aims at discussing contemporary forms of existence linked to the exercise of power over life that are materialized in practices, projects and institutional programs whose objective is the preservation of the human being through the extinction of risks of death. With Foucault (2006, 2005, 2002, 1995) discusses it the forms of power that guide the processes of subjectivation and it is observed that biopower is exercised taking life as a strategy. It is discusses the body as an object of power-knowledge and of materiality of the production of subjectivities based on the works of Prado Filho and Trisotto (2008), Woodward (2007) and Guimarães (2005). It is concluded that when control over life passes through the capture of subjectivities, the body is given the ability to materialize forms of existences arising from choices and the positioning that the subject assumes ahead the normalization.

KEYWORDS: subjectivation; ethic; care of themselves.

Considerações iniciais

Para discutir diferentes formas de resistência contemporâneas ligadas ao exercício de poder que incidem sobre a vida, serão tomados como base de reflexão os trabalhos de Michel Foucault que tratam de diferentes relações que o poder estabelece com a produção de saberes e de verdades para a construção de subjetividades. Pode-se afirmar que, tanto na acepção disciplinar quanto na via do controle, o poder recai sobre direito de vida e sobre a capacidade de geri-la. Fala-se aqui de *biopoder*, que se constitui em torno de dois pólos: a gestão política da espécie humana a partir de categorias científicas e a criação de tecnologias do corpo. A noção de biopolítica, formulada por Foucault (2005) para demonstrar que o poder passa a exigir mais vida e a

¹ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, Pesquisadora do Grupo LIMIAR/UFMT – Estudos de Linguagem e Mídia/CNPq. E-mail: cristina.baraujo@uol.com.br

ARAÚJO, Cristina Batista de. A ética do viver e a captação biopolítica. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.114-126, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

governá-la, ressignifica a relação entre os indivíduos e seus corpos e, assim, o fazer morrer é banido do meio social e torna-se objeto de tabu.

Em concordância com o pensamento de Sousa (2012), para a qual um dos aspectos da resistência diante de um poder que é exercido tomando a vida como estratégia passa pela perda do medo da morte, pretende-se refletir sobre a abordagem utilizada em ações de caráter preventivo da prática de suicídio. Para isso, percorrer-se-á a obra de Michel Foucault (2017, 2010, 2006, 2005, 2003, 2002, 1996 e 1995) em que as práticas sobre/do sujeito são tratadas como modos de relacionamento do indivíduo *consigo mesmo*, sem tomá-los como uma instituição moral ou um sistema de regras, mas como *cuidado de si*, ou seja, como um direcionamento dado pelo sujeito sobre si mesmo e suas atitudes.

As discussões aqui apresentadas contemplam, ainda, uma análise do corpo como objeto de poder-saber e de materialidade da produção de subjetividades. A partir dos trabalhos de Prado Filho & Trisotto (2008), Woodward (2007) e Guimarães (2005), entende-se que por meio do corpo, e de sua localização espaço-temporal, é possível criar identidades, desestabilizar normalizações e refutar projetos de subjetivação. Entende-se, também, que a capacidade de se distanciar e apresentar o estado de coisas, a si mesmo e aos outros, e depois retornar significando sua existência põe em jogo uma experiência de linguagens que possibilita deixar algo sempre em aberto: o que caracteriza a construção histórica de si.

A partir dos pressupostos teóricos expostos, o material a ser estudado compõe a campanha *Setembro Amarelo*, promovida no Brasil pelo Centro de Valorização da Vida (CVV), pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), com o objetivo de conscientizar sobre as formas de prevenção do suicídio e alertar a população sobre os altos índices desse tipo de morte no Brasil e no mundo. Pretende-se observar como biopolítica volta-se para a população através de mecanismos reguladores que visam estabelecer e manter o equilíbrio, de forma que a vida seja otimizada. Enquanto a disciplina é centrada no corpo, produz individualidades e dociliza, o biopoder foca a vida, na tentativa de controlar, prevenir e remediar eventos que possam surgir.

Situando a biopolítica

A subjetivação, entendida como decorrente de diferentes relações que o poder estabelece com a produção de saberes e de verdades, produz um sujeito que se dá para um tempo presente e para uma sociedade que define suas práticas e procedimentos de estabelecimento de verdade. Existem múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que não podem ser dissociadas do discurso, porque não se estabelecem nem funcionam sem a produção, a circulação e o acúmulo dos discursos. Por outro lado, o modo como o ser social se compreende sujeito de determinado tipo de conhecimento, ou como ele percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto define os contornos do processo de subjetivação. Em outros termos, a produção de verdades de uma época consiste na relação entre o discurso que organiza o exercício de poder, a produção de saberes e a constituição de sujeitos.

Foucault (2002) expõe um cenário em que o exercício de poder se dá de formas distintas. De um lado, tem-se uma sociedade vinculada à extração de bens, à apropriação dos corpos e à possibilidade de morte onde era possível localizar um ponto de poder de onde emanava toda a força: o poder soberano. Por outro lado, em sociedades disciplinares predominou a delimitação do indivíduo nas diversas disciplinas (família, escola, fábrica, quartel, hospital, prisão), que se constituíram dispositivos encarregados de produzir e regular os costumes, os hábitos e as práticas produtivas dos sujeitos.

Foucault (2005) esclarece que o direito de vida e de morte eram atributos fundamentais do soberano, o que implicava dizer que a ele caberia decidir entre fazer morrer ou deixar viver qualquer um de seus súditos que conviviam com a constante tensão entre viver ou morrer, segundo a vontade de outrem. Entretanto, essa forma de poder, tais práticas e procedimentos não se fizeram mais tão viáveis diante de uma nova mecânica da sociedade, surgida nos séculos XVII e XVIII, que colocou em destaque procedimentos e aparelhos totalmente novos e incompatíveis com as relações de soberania: o poder sobre a vida.

Trata-se do poder sobre a vida, isto é, disciplina do corpo e o controle da população, ou ainda, o corpo-máquina que precisa produzir e o corpo-espécie que precisa viver para permanecer produzindo. Na medida em que o poder se tornava mais

ARAÚJO, Cristina Batista de. A ética do viver e a captação biopolítica. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.114-126, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

descentrado de uma figura, mais forte era a individualização daqueles sobre quem ele se exercia. É por isso que Foucault (1995) desenvolve a afirmação de que esse esquema de visibilidade fez da disciplina um mecanismo amplamente eficaz para o controle dos corpos e da consciência dos indivíduos.

No primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault ([1976] 2006) introduz o termo *biopoder* para mostrar como se passou do controle do corpo para o controle da população, tomando o corpo coletivamente para inventar um novo foco de atenção, a saber, a população entendida como um conjunto de corpos. Foucault analisa que, a partir do século XVIII, começa a haver um poder sobre a vida com o objetivo de aumentar o nível de saúde e bem-estar da população e, conseqüentemente, aumentar a força do Estado. Assim, é sobre a vida que o poder se estabelece e a morte, nesse contexto, é entendida não apenas como assassinio direto, mas também como tudo aquilo que expõe à morte ou que multiplica o risco de morte; mesmo que o risco seja só de alguns.

Em uma análise crítica dos efeitos do biopoder na atualidade, Sousa (2012) afirma que

a vida da população é regrada por enunciados que invadem todos os espaços da convivência social. As proibições aumentam a cada dia em conformidade com o desejo de viver mais e melhor, dentro de padrões estabelecidos pelos saberes e em conformidade com os problemas advindos das inovações científicas e tecnológicas. O biopoder é exercido de forma sutil, quase imperceptível, e produz comportamentos que o propagam e que aguardam por técnicas mais eficientes em garantir a vida. Produz, também, os culpados, os indolentes, que não quiseram perceber que a ciência, as novas tecnologias, os governos e a mídia investem na divulgação de saberes cujo objetivo é apenas melhorar e prolongar a vida da população. (SOUSA, 2012, p. 49)

O foco do biopoder, que é a manutenção da qualidade de vida, poderá implicar e até mesmo exigir a destruição de outras vidas, pois a suposta necessidade de longevidade e saúde poderá chegar ao ponto de se efetuar o julgamento entre a vida que merece viver e aquela que pode ser exterminada; também, “instaura o corte entre a vida protegida e a vida abandonada e relegada à esfera marginal, a qual estando banida, pode ser capturada e morta” (SOUSA, 2012, p. 49). Dessa forma, a concluir seu raciocínio, Sousa (2012) afirma que se o biopoder é exercido tomando a vida como estratégia, a resistência só poderia ocorrer com a perda do medo da morte.

Da Vontade de Viver à Vontade de Saber

Arthur Schopenhauer, em seu quarto livro, intitulado *Do mundo como vontade e representação*, explica vida humana como uma oscilação de um pêndulo que vai do tédio ao desespero e nomeia como *vontade de viver*. Para ele, o corpo é a expressão da vontade que, por sua vez, é conhecida do exterior; uma representação que determina tanto a si mesma quanto a conduta e o mundo, e que leva o espírito humano a seu ponto máximo e extremo. Em sua acepção, própria de uma filosofia denominada pessimista, a negação da vontade é o único ato de livre-arbítrio e justamente por isso, porque não pode cessar de querer, é que o suicida cessa de viver – eis o motivo pelo qual quase todos os sistemas de moral ou religiosos condenam o suicídio. (Cf. SCHOPENHAUER, [1818] 2012).

Schopenhauer (2012) negou que o suicídio fosse imoral e associou o ato ao direito de tirar a própria vida. Para ele, o suicida quer morrer e viver ao mesmo tempo, por isso, ele está sempre em conflito e o resultado do ato será decorrente da intensidade de cada um dos seus desejos. Em uma alegoria, comparou terminar a própria vida, quando envolvida em grande sofrimento, a acordar do sono quando enfrentando um terrível pesadelo. No entanto, a maioria dos suicídios era vista como um ato da *vontade*, uma vez que ocorrem quando uma pessoa nega as dores da vida, e é, portanto, diferente da renúncia ascética da *vontade*, que nega os prazeres da vida.

Empreender na obra de Schopenhauer se deve ao fato de que é a partir da *vontade de viver* que Nietzsche reage radicalmente para a proposição da *vontade de poder* (ou *vontade de potência*). Enquanto Schopenhauer enxergava a vida como “um pêndulo que oscila entre a dor e o tédio” e criticava a fuga da dor por meio da morte auto-infligida, Nietzsche, por exaltar as pulsões e o amor à vida, enxergava no suicídio uma potência de conforto. Reconhecem-se também em Sigmund Freud as noções de *vontade* e de *potência*, ao teorizar sobre o comportamento humano.

Para Freud, o comportamento é motivado por dois instintos motrizes: *os instintos de vida e os instintos de morte – Eros e Tanatos*. Os instintos de vida são aqueles que se relacionam com uma necessidade básica para a sobrevivência, reprodução e prazer que incluem coisas como a necessidade de alimentos, abrigo, amor e sexo. Ele também sugeriu que os seres humanos têm um desejo inconsciente de morte que se desdobra em comportamento autodestrutivo, a que chamou de *instintos de morte*. Enfim, Freud objetiva o *desejo* como energia, cujo ponto capital é a sexualidade.

Em *História da sexualidade: vontade de saber*, Foucault analisa como a sexualidade passa da repressão silenciosa à incitação discursiva. Assim, o fazer falar desafia a hipótese repressiva do poder, pois a linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, cria subjetividades e as ordena. Foucault (1995) argumenta que o discurso da liberação sexual funcionou como instrumento de controle e de poder ao utilizar os que as pessoas diziam, sentiam ou esperavam e fez crer que falar eliminaria o tabu; mas ao contrário disso produziu regulações mais eficientes: a ordem do discurso.

No entanto, as diversas estratégias de regulação dos discursos coexistem com o enfrentamento produzido pela coragem de falar francamente, rompendo com o presumível ou o lisonjeiro, colocando à prova as maneiras de vida, tendo como objetivo o cuidado de si próprio – o que é desafia tenazmente as técnicas de governo do outro.

Uma atitude de resistência envolveria, no que se propõe a desenvolver aqui, uma espécie de libertação do sujeito nas diferentes dimensões de sua vida que, na maioria das vezes, implica no isolamento inevitável de suas responsabilidades em relação ao seu próprio corpo e à posição social assumida diante de outros. A resistência pode incluir o *falar francamente*, o ato parresiástico a que Foucault se dedica a abordar nos últimos cursos em que ministrou no Collège de France, nos anos 1980. Um dos exemplos utilizados por Foucault ([1983-1984] 2017), no curso *A coragem da verdade*, é Sócrates, que é apresentado como aquele que exerce a fala franca e que se dirige aos seus interlocutores com coragem. Para Foucault (2017), a coragem de Sócrates (*parresía*) decorre do fato de que ele não teme a morte e não nega a missão recebida pelos deuses de interpelar aos indivíduos acerca do modo como devem cuidar-se apropriadamente (*epimeleia*).

Há, também, outro exemplo utilizado por Foucault ([1982-1983] 2010) em *O governo de si e dos outros* que descreve o dizer-a-verdade como um ato de resistência. É Creusa, personagem da tragédia *Íon* cujo mote é o “arrancamento da verdade e da genealogia, mesmo que essa verdade seja arrancada pela violência” (FOUCAULT, 2010, p. 106). Creusa revolta-se diante da indiferença e da negação de Apolo sobre a paternidade de seu filho e, por isso passa a denunciá-lo publicamente. Sobre essa passagem da tragédia, Foucault (2010) afirma:

O único recurso de combate para quem é ao mesmo tempo vítima de uma injustiça e totalmente fraco é um discurso agonístico mas estruturado em torno dessa estrutura inigualitária. Ora, esse discurso da injustiça, esse discurso que ressalta a injustiça do forte na boca do fraco - pois bem, ele tem um nome. (...) o discurso pelo qual o fraco, a despeito da sua fraqueza, assume o risco de criticar o forte pela injustiça que ele cometeu, esse discurso se chama precisamente *parresía*. (FOUCAULT, 2010, p. 125)

No entanto, a liberdade e a prática da fala franca significam questionar o modo de vida e as formas postas de funcionamento social; é, também, por à prova o viver sabendo que há o risco de morte: isto é, ser rejeitado e condenado nesse modo de vida. Nesse sentido, o corpo se configura como a materialidade que organiza as relações entre o sujeito, o discurso e as instituições, e que define sua estética por meio das posições que ocupa, dos desejos que suscita, e das imagens que definem o sujeito do presente.

O suicídio sob a captação biopolítica

Entre a perda do medo da morte como forma de resistência e o exercício de poder é possível visualizar diferentes captações em curso atravessadas pela biopolítica. Para tanto, será enfocada a campanha *Setembro Amarelo*, promovida no Brasil pelo Centro de Valorização da Vida (CVV), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Tomar a campanha em questão como objeto de análise deve-se ao pressuposto de que suas estratégias discursivas permitem visualizar mecanismos produtivos da disciplina e da gestão, além de prever uma ação eficiente sobre a população.

De acordo com documentos disponibilizados no sítio oficial da organização *Setembro Amarelo*, a campanha teve início no ano de 2014 com o intuito de conscientizar sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo de alertar a população sobre a realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção. Segundo a Associação Internacional para Prevenção do Suicídio, que estimula a divulgação da causa, no dia 10 de setembro comemora-se o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

O *slogan* da campanha de conscientização e prevenção do suicídio é “Falar é a melhor solução”. Ao propor que o assunto seja amplamente comentado, espera-se que as informações e experiências relativas ao tema sejam explicitadas e multiplicadas, de modo que se conheça mais a respeito e se planeje sua prevenção. No material

ARAÚJO, Cristina Batista de. A ética do viver e a captação biopolítica. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.114-126, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

disponibilizado pelo CVV, intitulado **Falando abertamente sobre suicídio** (2015), o estímulo discursivo em torno do suicídio faz parte de uma de suas importantes etapas que é identificado como **1. Momento de derrubar tabus**:

A primeira medida preventiva é a educação: é preciso deixar de ter medo de falar sobre o assunto, derrubar tabus e compartilhar informações ligadas ao tema. Como já aconteceu no passado, por exemplo, com doenças sexualmente transmissíveis ou câncer, a prevenção tornou-se realmente bem-sucedida quando as pessoas passaram a conhecer melhor esses problemas. Saber quais as principais causas e as formas de ajudar pode ser o primeiro passo para reduzir as taxas de suicídio no Brasil, onde hoje 32 pessoas por dia tiram a própria vida. Por isso, é essencial deixar os preconceitos de lado. (CVV, 2015, p. 2)

Para os autores do material, a existência do medo e o consequente silêncio sobre o suicídio aparecem como principais elementos da construção de preconceitos e tabu. E ainda, o desconhecimento desse fenômeno estaria impedindo o reconhecimento de atitudes capazes de antever sua prática. Além disso, o problema do suicídio é apresentado como uma questão de saúde pública ao lado do Câncer e de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis. A fim de amplificar o caráter emergencial da abordagem do assunto, são apresentados dados estatísticos que lhe conferem maior atenção, visto que, segundo os números apresentados pela Organização, a taxa de suicídio é maior que das doenças mencionadas.

Foucault (2006) aborda o fascínio que a estrutura social tem pela fala como forma de dizer a verdade, e que mistura o consentimento e o prazer em falar ao ato involuntário e à inquisição. Dessa forma, o saber sobre qual seja o tema exige uma demanda de verdade que acaba construindo também uma verdade sobre os sujeitos desse saber. Esse traço, nos termos de Foucault, caracteriza o poder disciplinar: por causa dessa vontade de verdade, as interdições são suspensas e as práticas sociais são levadas à racionalidade: falar passa a configurar um tipo de “conquista” para o saber, o que serve de chave para se estudar o homem, agora transformado em sujeito de risco ou sujeito de atenção.

Ao rejeitar a hipótese repressiva do poder, Foucault (2006) ilustra como o tema *sexualidade* sofreu uma incitação institucional para que se falasse cada vez mais, e minuciosamente. Para o autor, acreditar que o poder era externo ao desejo alimentou a possibilidade de liberação, e o encantamento foi justamente fazer com que o indivíduo sobre o qual é exercido o poder-saber acreditasse que se tratava de algo natural e

necessário. Essa forma de poder toma a vida do homem pela normalização e pelo controle, não mais pelos sistemas religiosos ou morais, ou sob o simples efeito da proibição.

Depois de propor “derrubar os tabus” e colocar a temática do suicídio no campo das coisas dizíveis, o material produzido pelo Centro de Valorização da Vida se organiza em torno de perguntas e sua elaboração sugere uma estratégia de naturalização do tema *suicídio*, no sentido de propor questões consideradas comuns no processo de conhecimento sobre o assunto. Em certo momento do texto, encontra-se o destaque gráfico para a seguinte afirmação: **Pensar em suicídio faz parte da natureza humana.**

Partindo do pressuposto de que um texto estrutura-se a partir de características linguísticas adequadas à situação de enunciação, convém destacar que a organização do material instrucional do CVV se dá em torno de perguntas e respostas. A ordem como se desencadeiam as perguntas sugere a construção argumentativa de que ao conhecer a definição, causas e sintomas do suicídio, o sentimento suicida passa a ser visto como algo inerente à condição humana e, dessa forma, o portador desse impulso não poderá ser considerado como anormal:

1. Como podemos definir o suicídio?
2. O que leva uma pessoa a se matar?
3. Como se sente quem quer se matar?
4. O sentimento e o impulso suicidas são normais?
5. Quem se mata mais: meninos ou meninas?

Para Prado Filho e Trisotto (2008), o corpo passa por diversas formas de produção na modernidade, sendo normalizado, modelado, moralizado, treinado, capacitado e sobre ele desenvolveu-se tanto um conhecimento quanto uma tecnologia de produção de corporeidades. Segundo os autores, quando o corpo é tomado por uma perspectiva que considera a história e a cultura, esse corpo deixa de ser natural e passa a ser encarado como construído. Para caracterizar o sujeito passível de suicídio como alguém em risco e que carece de atenção, o material apresenta as seguintes questões:

6. O suicídio está vinculado a alguma doença mental?
7. Pessoas que ameaçam se matar podem desistir da ideia?
8. As pessoas que tentam suicídio pedem socorro?
9. Quem está por perto pode ajudar? Como?

A forma como se dá a relação entre a identidade e o corpo do indivíduo não se dá pela mera projeção, pois a dimensão encarnada se configura como um espaço simbólico na formação das identidades. Há, ainda, outra relação entre o individual e o coletivo que coloca o corpo como instância máxima de individualização, mas que é coletivizado à medida que carrega os valores simbólicos de uma sociedade. Desse modo, “o embate entre o indivíduo e os interesses políticos e econômicos que querem incluí-lo nesse processo ganham no corpo um espaço” (Guimarães, 2005, p. 80) para a inscrição do pertencimento e lugar em que ocorre a batalha dos processos de identificação.

A última seção do material produzido para a campanha de conscientização e prevenção do suicídio, em que se concentram as cinco perguntas finais, apresenta diferentes perspectivas de como a sociedade vê o tema e a sua relação com o mundo moderno:

10. Como o suicídio é visto pela sociedade?
11. O mundo atual tem influência no número de suicídios?

Além disso, apresenta dados estatísticos sobre o suicídio no Brasil e, finaliza apontando possibilidades de prevenção:

12. Quais as estatísticas sobre suicídio no Brasil?
13. O suicídio pode ser prevenido?
14. Quem oferece ajuda para pessoas com intenção de se matar?

A prática do suicídio já foi entendida como pecado, crime, liberdade individual, efeitos das condições sociais (Durkheim, 1897[1969]; Ariès, 1977), chegando à visão contemporânea de psicopatologia ou condicionamento genético. Neste último caso, o que se vê é a capacidade de fazer nascer um sujeito psicológico, de modo que a

ARAÚJO, Cristina Batista de. A ética do viver e a captação biopolítica. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.114-126, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

abordagem do suicídio se dobre sobre a vida interior de uma pessoa, sem que se dê a devida relevância às dinâmicas sociais de produção das subjetividades, como é o caso do material da campanha em análise.

Frente a esses enunciados, é possível afirmar a existência de um regime de poder/saber que sustentam práticas de subjetivação passíveis de questionamentos sobre como nos tornamos sujeitos de saber em diferentes relações de poder. Como não evocar o poeta Baudelaire que descreve o que há de específico no espaço e no tempo da modernidade? Sua prosa poética surge dos choques com a grande cidade e se contrapõe aos românticos por não se identificar com a melancolia resignada própria a muitos deles, e por reforçar a capacidade de decisão, ainda que essa seja pelo suicídio. Para o poeta, a opção pelo suicídio seria o modo mais dramático de recusa ao tempo da modernidade, esse gesto também poderia significar uma indisposição radical a qualquer tipo de concessão capaz de atingir a autonomia da arte. (BAUDELAIRE, 1988).

Para refletir

A maneira de lidar com as relações de poder é capaz de definir formas de resistência aos diferentes tipos de poder e, sendo assim, é preciso questionar seu funcionamento e suas vinculações aos mais variados saberes e/ou instituições. Não há como omitir o fato de que as construções discursivas, a rede de saberes e as normalizações funcionam como modos de subjetivação e trazem consigo a expectativa de produzir resultados estratégicos para o projeto de sociedade e de sujeito do presente. Todavia, enquanto se atende à estratégia de um grupo, corre-se o risco de produzir o inesperado, o imprevisível e, conseqüentemente, novas ações de resistência.

Aos suicídios responde-se como se fossem atos individuais, e não como conseqüências de um corte que instaura a distinção entre a vida desejada e protegida e aquela vida relegada à esfera marginal, banida, capturada e morta. Não se vê a perda do medo da morte física ou simbólica como forma de resistência à regulação biopolítica a que os sujeitos estão submetidos.

Os discursos, as instituições e os sujeitos governam e organizam aquilo que se pode chamar, em sentido amplo, de formas de existência relativas ao dever e à moral que se aplicam ao corpo social, e essa é a dimensão coletiva e reguladora. Mas, o *cuidado de si* pressupõe um exercício ético do sujeito que consiste em distanciar-se de

ARAÚJO, Cristina Batista de. A ética do viver e a captação biopolítica. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.114-126, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

campos de subjetivação, voltar-se para si reflexivamente, elaborar para si mesmo regras de existência distintas de padrões e normas ditadas pelas relações sociais e retornar às experiências de sua demanda, tendo esculpido a própria vida e sua subjetividade.

Referências

ARIÈS, P. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BAUDELAIRE, C. *O meu coração a nu*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

DURKHEIM, É. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

_____. *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GUIMARÃES, M. E. A. Globalização: o corpo como campo de batalha. In: BUENO, M. L.; CASTRO, A. L. de (Orgs.). *Corpo, território da cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

PRADO FILHO, K. e TRISOTTO, S. O corpo problematizado de uma perspectiva histórico-política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 115121, jan./mar, 2008.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Abril Cultural, 2012.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: Tasso, I., Navarro,

ARAÚJO, Cristina Batista de. A ética do viver e a captação biopolítica. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p.114-126, 2018. (ISSN: 2317-1006 - online).

P. (Orgs.) *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*. Maringá : Eduem, 2012.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Recebido em agosto de 2018.

Aceito em outubro de 2018.